

Boletim

Nº 2.066 - Ano 45 - 5 de agosto de 2019

INFRAESTRUTURA EM PERSPECTIVA

Estudo realizado pela Faculdade de Educação, sob encomenda da representação brasileira da Unesco, revela uma evolução global da infraestrutura escolar no ensino fundamental brasileiro, ainda que se mostre deficiente nas pequenas escolas municipais. O levantamento, multidimensional, reúne indicadores capazes de captar diferenças entre regiões, unidades da federação e o território (urbano ou rural) em que a escola está inserida.

Páginas 4,5 e 6

Livro de João Antonio
de Paula entrelaça
Minas e a UFMG

Página 8

MINERAÇÃO e ECOLOGIA HUMANA:

desconstruções e reconstruções

Juliana Barros Pereira*
Vagner Luciano de Andrade**

Conflitos, riscos e tragédias parecem palavras-chave do tempo presente, que denunciam e testemunham uma desarticulação entre ecologia e mineração. Assim, abordar as questões do humanismo em tempos sombrios pressupõe a análise de traduções, cenários e perspectivas de desumanização. Sob essa ótica, Mariana e Brumadinho são representações dos riscos, crimes e traumas da mineração. Nesse contexto, críticas e resistências se consolidam no âmbito das ciências socioambientais e humanidades.

As questões da ecologia humana e da segurança no trabalho revelam, hoje, a brevidade da vida após as tragédias de Bento Rodrigues e Córrego do Feijão, que evidenciaram crimes, riscos e conflitos geradores de uma crítica social à mineração assim como uma reavaliação do seu postulado como força matriz da economia estadual, de forma a demonstrar que há alternativas produtivas mais viáveis e, sobretudo, sustentáveis.

Os cenários de destruição jamais se apagarão da história brasileira. Os lugares e paisagens de outrora estão irreconhecíveis. A memória coletiva, exposta de maneira cruel e desumana. Bento Rodrigues e Córrego do Feijão serão sempre lembrados. Tornaram-se museus abertos a denunciar a violação da vida. Entretanto, tendem a ser reapropriados como locais de convívio marcados por sua história trágica, que se perpetuará no imaginário social de Minas e do Brasil. São paisagens reconfiguradas com a proposta de construção de museus a céu aberto que documentem a devastação humana e a escravização discreta imposta aos que, na luta pela sobrevivência, entregam-se aos mandos e desmandos do capital. A destruição da paisagem comprova a intervenção da atividade minerária, antes e depois do rompimento das barragens. Eram lugares carregados de subjetividades e imaterialidades, referenciais de identidade, de pertencimento, de ancestralidade, cuja historicidade foi varrida do mapa. Em Bento Rodrigues, o desgaste

perdura na reconstrução do novo povoado para reassentar os moradores e restabelecer-lhes a conexão que tinham com o lugar de origem e seus marcos simbólicos.

A mineração degrada, mutila, mata, intimida, faz calar. Ela contribui para o adoecimento psíquico dos atingidos, agravado pela morosidade dos julgamentos e indenizações. Isso tudo faz gerar profundas críticas sociais ao modelo econômico minerador destinado a atender aos interesses das multinacionais. Como recorte espacial para se materializar os retrocessos da mineração, veem-se os alarmes e alardes de Barão de Cocais, de Congonhas e de Itatiaiuçu. Quantos lugares ainda serão devastados pelas atitudes imediatistas dos mineradores? Até quando se ouvirá que o destino de Minas é minerar, como se essa atividade fosse a única matriz socioeconômica?

A Serra do Curral é exemplo dessa devastação. De Parque Estadual foi transformada em grande área degradada, após três décadas de extração, e não passou pela recuperação exigida por lei efetivada. No local, surgiu um grande lago, e as encostas da serra encontram-se instáveis, com amarração técnica. Cartão-postal da capital mineira, ela abriga áreas importantes para a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida cidadina. No entanto, a degradação minerária e a urbanização desenfreadas delineiam novos cenários. Restam mobilizações emergenciais. A mineiridade tem de se reinventar.

A área deveria ser reabilitada e devolvida à coletividade sob a forma de um grande parque urbano público. Seria uma contraproposta à ideia de transformá-la em condomínio fechado e centro comercial conectados à região elitizada da Vila da Serra. Um parque é um retorno significativo para a sociedade, pois agrega inúmeras questões das áreas ecológica e social. A paisagem apreendida pela percepção motiva uma revisão societária acerca da mineração como potencializadora de catástrofes, cuja dimensão e impacto são evidentes em cenários de degradação e

violação dos direitos humanos. Não precisamos lembrar que os rompimentos trouxeram danos irremediáveis às bacias dos rios Doce e Paraopeba. Minas Gerais protagonizou reiteradas histórias de tragédias minerárias. Ainda assim, elas se disseminam pelo estado e pelo país. Relembrando o ocorrido em Mariana, a tragédia em Brumadinho excedeu, transtornou e consternou. O desastre se soma a tantos outros em terras mineiras nos últimos 18 anos. Foi assim com a Rio Verde, em Nova Lima (2001), a Rio Pomba (2003), em Cataguases, e, depois, em Mirai (2007), a Companhia Siderúrgica Nacional, em Congonhas (2008), a Mineração Herculano, em Itabirito (2014), a Samarco, em Mariana (2015). Esperava-se, por fim, que, neste ano, Brumadinho fosse a última do estado e do Brasil. Mas não foi. Em julho, outra barragem estourou em terras baianas.

Estudos atestam a desumanização minerária como etapa contínua em processos históricos desde o Brasil Colônia. Os conflitos são perpassados pela violação da essência básica da humanidade e também da ecologia, expondo contextos criminosos. A mineração, com vistas à exportação e ao lucro imediato, gera impactos sociais, culturais e ambientais profundos, nem sempre positivos. A periculosidade e os riscos nos deixam alertas para a possibilidade de uma nova tragédia. Quando e onde será a próxima? Mais do que nunca é o momento certo de reinventar Minas Gerais. Que Mariana e Brumadinho nos acordem.

*Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG e professora do curso de Direito da Faculdade Promove (Belo Horizonte)

**Bacharel-licenciado em Geografia, licenciado em História e especialista na área de Educação, Patrimônio e Paisagem Cultural. Licenciado em Ciências Biológicas, Tecnólogo em Gestão Ambiental

VIVER no ARRANHA-CÉU

Estudo com participação de professora da Escola de Arquitetura promove revisão de pesquisas empíricas que associam habitações verticalizadas, bem-estar e saúde mental

Itamar Rigueira Jr.

Neste século, o número de prédios com 200 metros de altura cresceu quase 500%, coincidindo com a elevação dos registros de doenças mentais. Desde 1948, a OMS publica estudos sobre a relação entre habitação e saúde física, mas ainda são poucas as pesquisas sobre a influência que os aspectos relacionados à moradia exercem sobre o bem-estar social e a saúde mental.

Com o propósito de mapear o conhecimento acumulado até o momento sobre essas relações, uma revisão sistemática de pesquisas empíricas foi realizada com participação da professora Paula Barros, da Escola de Arquitetura da UFMG. Divulgado no periódico *Cities*, o trabalho foi realizado com outros sete pesquisadores das áreas de arquitetura, urbanismo, desenho urbano, planejamento, epidemiologia e saúde pública de seis instituições brasileiras e estrangeiras.

Em geral, as evidências sugerem que os espaços de uso semi-público, o pavimento, o tipo e a paisagem urbana conformada por certos tipos de habitação interferem no bem-estar, afetando aspectos como senso de pertencimento e coesão social, e na saúde mental dos moradores, gerando estresse, depressão, neuroses e fobias.

“É preciso dar atenção à qualidade das soluções arquitetônicas dos espaços de uso comum das habitações verticalizadas para que eles atraíam e retenham os moradores por mais tempo, facilitando encontros e conversas”, defende Paula Barros.

Segundo a professora, os resultados das pesquisas analisadas revelam que habitar pavimentos mais altos tende a ser melhor que morar no térreo, o que é frequentemente associado à falta de controle e privacidade e à sensação de insegurança.

Ela ressalta que os estudos analisados demonstram que morar em uma habitação verticalizada não é necessariamente ruim do ponto de vista social ou da saúde mental, mas as configurações físico-espaciais intrínsecas às unidades não verticalizadas tendem a favorecer mais encontros casuais e, por conseguinte, a formação de um senso de pertencimento, com impacto positivo na saúde mental dos moradores.

Limitações e lacunas

Os pesquisadores, que travaram contato durante workshop realizado em 2016 – organizado pela UFMG e pela University College London, com recursos do British Council –, focaram em estudos empíricos de seis bases de dados (Medline, Scielo, Scopus, Web of Science, Embase e PsycInfo). Encontraram 4.100 artigos e selecionaram 23, publicados de 1971 a 2016 – quase metade deles a partir de 2010. Os estudos foram realizados no Reino Unido, nos Estados Unidos, no Japão, na Coreia do Sul, na Holanda, em Singapura, na Albânia e no Canadá. No Brasil, o programa Minha Casa, Minha Vida foi o objeto da análise.

De acordo com Paula Barros, um dos resultados mais relevantes da revisão que resultou no artigo da *Cities* foi justamente a detecção de limitações e inconsistências nos estudos selecionados e lacunas no conhecimento sobre o tema. Os problemas envolvem diferença de conceitos e nomenclaturas e até, segundo ela, falta de definições mais claras, que ajudariam muito, uma vez que padronizar conceitos pode ser mesmo difícil.

A professora acrescenta que os estudos têm como objetos

prédios residenciais genéricos e muitas vezes não levam em conta as suas características arquitetônicas. “A qualidade das soluções arquitetônicas das habitações verticalizadas deve ser considerada nas pesquisas futuras, uma vez que a permeabilidade e a articulação das fachadas são atributos que tornam um espaço mais ou menos atrativo para permanência e socialização”, diz Paula Barros.

Evidências e prática

As considerações críticas contidas no artigo, observa a pesquisadora, podem ajudar a fundamentar novos estudos sobre os efeitos de se morar em prédios. “É preciso produzir mais evidências e colocá-las em prática. As políticas públicas devem ser municiadas pelos resultados de estudos empíricos, com atenção especial para grupos mais vulneráveis como idosos, crianças, mulheres e os mais pobres”, afirma Paula Barros.

“Na elaboração e execução de um programa como o Minha Casa, Minha Vida, por exemplo, é fundamental levar em conta não apenas os aspectos construtivos básicos, mas a forma como as soluções físico-espaciais podem facilitar ou inibir interações sociais”, continua a pesquisadora, para quem a questão é complexa e exige a aplicação de fundamentos transdisciplinares e novas perspectivas, como as que podem ser trazidas pela psicologia, geografia, sociologia, filosofia, artes e ecologia.

Artigo: *Social consequences and mental health outcomes of living in high-rise residential buildings and the influence of planning, urban design and architectural decisions: a systematic review*

Autores: Paula Barros (UFMG), Ling Ng Fat (University College London), Leandro M.T. Garcia (Fiocruz), Anne Dorothée Slovic (USP), Nicholas Thomopoulos (Glaux), Thiago Herick de Sá (USP), Pedro Morais (UNI-BH), Jennifer S. Mindell (University College London)

Publicação: *Cities* (nº 93, 2019)



Soluções arquitetônicas interferem no bem-estar e na saúde das pessoas



O fator INFRAESTRUTURA

Pesquisa da UFMG encomendada pela Unesco identifica avanços nas condições de oferta educacional no Brasil, mas revela necessidade de melhorias nas pequenas escolas municipais

Teresa Sanches

Infraestrutura escolar pode ser definida como a condição para oferta educacional, que passa pela estrutura física e pelos recursos e equipamentos que dão suporte ao funcionamento administrativo e ao trabalho pedagógico do professor em

sala de aula e em todos os espaços da escola. Mas essa condição não é neutra e, para ser mensurada, é preciso considerar o contexto cultural, social e econômico da escola e a própria diversidade de sua comunidade.

Com base nessa perspectiva multidimensional, pesquisa coordenada por equipe da UFMG, lançada pela representação brasileira da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), durante webinar (conferência on-line) realizada na última quarta-feira, 31, avalia a qualidade da infraestrutura das escolas públicas de ensino fundamental no país e revela melhora no índice geral, mas com médias ainda baixas nas pequenas escolas municipais.

As coordenadoras da pesquisa, professoras Maria Teresa Gonzaga Alves e Flávia Xavier, do Núcleo de Pesquisa em Desigualdades Educacionais (Nupede), vinculado ao Laboratório de Pesquisa em Avaliação, Análise de Políticas Públicas e Desigualdades Educacionais (LAAPDE), do qual faz parte também o Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (Game) da Faculdade de Educação, explicam que, mais do que o número de carteiras ou de computadores presentes em cada escola, devem ser levadas em conta as necessidades específicas dos diversos sujeitos que convivem no espaço escolar

e participam da construção do processo de ensino e aprendizagem. “Por isso, definir e mensurar infraestrutura escolar em países com tantas desigualdades, como o Brasil, é uma tarefa complexa. Então, propusemos indicadores que contemplassem cada aspecto do ambiente escolar e fossem capazes de captar as diferenças entre regiões, unidades da federação e o território (urbano ou rural) em que a escola está inserida”, pontua Maria Teresa.

“O estudo prova que o desempenho da aprendizagem dos estudantes é maior quando as escolas são seguras, confortáveis, limpas, acessíveis, convidativas e estimulantes. Nesse sentido, a intenção da Unesco, quando encomendou a pesquisa, foi fornecer aos gestores um guia do que precisa ser melhorado e dos pontos que precisam maior atenção”, explica a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Rebeca Otero.

No Brasil, as escolas de 1º ao 9º ano do ensino fundamental da rede pública representam o maior número de estabelecimentos (71,5%) e o maior número de alunos (56,3%), de acordo com Censo da Educação Básica de 2017. Essa representatividade, segundo a professora Flávia Xavier, justifica o foco do trabalho, que considerou as escolas de ensino fundamental da rede estadual

e municipal, que, em muitos municípios, também ofertam ensino médio e educação infantil. As redes privada e federal não foram consideradas – esta última por contar com 47 escolas e representar apenas 0,1% das escolas de ensino fundamental brasileiras.

Múltiplas dimensões

Após ampla revisão da literatura internacional sobre o tema, o estudo apresenta um modelo analítico com cinco dimensões da infraestrutura: a dimensão *área*, que busca caracterizar onde a escola está localizada (zona urbana/rural, regiões do país); *atendimento*, que indica as diferentes etapas e modalidades de ensino; *condições do estabelecimento de ensino*, que avalia a qualidade da edificação e dos espaços onde a escola funciona, incluindo indicadores de acesso a serviços públicos, instalações, conservação e conforto do prédio; *condições para o ensino*

e *aprendizado*, que contempla os espaços pedagógicos e equipamentos de apoio; e *condições para a equidade*, que mensura a acessibilidade e o ambiente de aprendizado para pessoas com deficiência.

A elas estão associadas 23 variáveis discriminantes e 11 indicadores da infraestrutura escolar (acesso a serviço, instalação do prédio, prevenção de danos, conservação, conforto, ambiente prazeroso, espaços pedagógicos, equipamentos para apoio administrativo, equipamentos para apoio pedagógico, acessibilidade e ambiente para atendimento especializado). Além deles, um indicador geral sintetiza todos os indicadores múltiplos.

Na avaliação da professora Maria Teresa, definir um padrão para mensurar a qualidade da infraestrutura escolar do país caracterizou-se como o maior desafio do trabalho. Para facilitar a interpretação dos

resultados, os indicadores foram hierarquizados em uma escala de zero a dez pontos. O zero equivale à pior situação em relação aos itens avaliados neste estudo, e o valor 10, à melhor situação. Essa escala foi classificada em sete níveis no indicador geral, mensurando, de forma crescente, desde a existência de água, luz, banheiro e cozinha dentro do prédio da escola até condições que favoreçam um ambiente prazeroso para o aprendizado, como silêncio e jardim, e recursos de acessibilidade. Foram utilizados dados do Censo da Educação Básica de 2013 (com 143.170 escolas), de 2015 (135.939 escolas) e de 2017 (131.604 escolas), e os questionários contextuais do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), referentes a 2013 e 2015, desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

DISPARIDADES REGIONAIS

Estados do Sul e do Sudeste têm índices melhores do que os das regiões Norte e Nordeste

Observamos que houve evolução na pontuação do indicador de infraestrutura geral no país, especialmente nas escolas que oferecem apenas o ensino fundamental, passando de 5,2 pontos, em 2013, para 5,8 pontos em 2017”, observa Maria Teresa. Alguns indicadores que contribuíram para o aumento dessa nota foram serviços básicos, que passaram de 6,9 pontos para 7,5 pontos; instalações do prédio, de 6,1 para 6,8 pontos; ambiente prazeroso, de 2,9 para 3,8 pontos; equipamentos para apoio administrativo, de 3,5 para 4 pontos; acessibilidade, de 3,9 para 4,9 pontos e ambiente para acesso à educação especial (AEE), de 1 para 1,6 pontos.

Os estados das regiões Sul e Sudeste registraram indicadores mais altos que os do Norte e Nordeste, com exceção do Ceará, que se destacou nos indicadores de acesso a serviços, equipamento pedagógico, acessibilidade e atendimento educacional especializado. A região Centro-Oeste aparece em situação intermediária, exceto o Distrito Federal, que se destaca em vários indicadores. A pesquisa revela, ainda, redução do percentual de escolas classificadas nos níveis mais baixos, de 1 a 3.

Foram classificadas como nível 1 as escolas com condições muito precárias, que não possuem sequer banheiro dentro do prédio, geralmente municipais, localizadas em área rural da região Norte e que ofertam somente o ensino fundamental ou fundamental e educação infantil. No nível 2, estão as unidades de ensino que possuem pelo menos água de poço, energia elétrica e banheiro dentro do prédio. No nível 3, enquadram-se as escolas que oferecem acesso a mais serviços públicos e instalações para fins administrativos e pedagógicos. Em sua maioria, são escolas municipais da zona rural do Nordeste.

As escolas com melhores condições, classificadas a partir do nível 4, apresentam melhoria progressiva até o nível 7, em que a acessibilidade, que já é identificada em escolas no nível 6, associa-se

a recursos pedagógicos para aulas inclusivas. De 2013 para 2017, o indicador de ambiente prazeroso passou de 2,9 para 3,8; equipamentos de apoio administrativo, de 3,5 para 4; acessibilidade, de 3,9 para 4,9; e ambiente para acesso à educação especial, de 1 para 1,6 pontos nas escolas de ensino fundamental.

Entretanto, a professora Maria Teresa destaca que, nas escolas pequenas, com até 50 alunos, as médias são mais baixas que nas escolas grandes, com mais de 400 alunos, para todos os indicadores. “As diferenças são enormes e, em alguns indicadores, as médias distam em quase cinco pontos. E são exatamente nas menores escolas que estuda a maior parte dos alunos nos primeiros anos do ensino fundamental”, afirma ela. As diferenças estão registradas na tabela a seguir:

Indicador – 2017	Escola de pequeno porte (Até 50 alunos)	Escola de grande porte (Mais de 400 alunos)
Serviços básicos	4,2	8,9
Instalações do prédio	3,7	8,3
Espaços pedagógicos	0,6	5,7
Equipamentos de apoio pedagógico	1,3	5,8

Ambiente acessível e prazeroso

Outro indicador que chamou a atenção das pesquisadoras é o das dimensões de equidade (acessibilidade e ambientes para educação especial) e ambiente prazeroso, que são importantes para as crianças pequenas, mas também apresentaram valores baixos para as escolas de ensino fundamental que compartilham a oferta do ensino infantil. Embora nessas escolas a avaliação de infraestrutura deva ser realizada segundo parâmetros específicos para essa etapa, esperava-se que esses estabelecimentos estivessem mais bem



Teresa Alves: diferenças captadas

adequados. Em 2017, o indicador de acessibilidade foi de 3,7 pontos, AEE, de 0,8 pontos e ambiente prazeroso, 3,1 pontos.

Flávia Xavier acrescenta que infraestrutura é fator mediador, que compõe a oferta do direito à educação e faz toda a diferença no processo de ensino e aprendizagem ao retirar o aluno da exclusão intraescolar, especialmente nas escolas localizadas em regiões de baixo desenvolvimento socioeconômico. “Não basta o aluno estar matriculado e frequentando a escola, ele precisa de condições mínimas para realmente estar incluído no processo de aprendizagem”, observa.

Os dados que relacionam as médias dos indicadores pelas faixas do Índice do Nível Socioeconômico (Inse) para as unidades municipais de ensino também refletem as disparidades entre elas e a relação com investimentos em infraestrutura. Escolas com condições socioeconômicas desfa-

voráveis também registram piores notas para indicadores de espaços pedagógicos, ambiente prazeroso, prevenção de danos e acessibilidade, por exemplo, como mostra a tabela a seguir:

Indicador – 2017	Faixa 1	Faixa 6
Infraestrutura geral	5,6	7,7
Espaços pedagógicos	2,0	5,4
Ambiente prazeroso	3,2	6,4
Prevenção de danos	4,7	9,1
Acessibilidade	3,6	6,5

Melhores condições para oferta educacional também influenciam os resultados escolares, como a média das taxas do desempenho e da aprovação, medidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na avaliação das pesquisadoras. Segundo elas, o Ideb está disponível

para menos de 39% das escolas com anos iniciais do ensino fundamental e 24% das escolas com anos finais, em 2017. Ainda assim, as maiores médias coincidem com as melhores pontuações dos indicadores de infraestrutura escolar.

De acordo com Flávia Xavier, a infraestrutura está definida como estratégia do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e é considerada prioridade pelo Brasil e pelos demais países signatários da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que, em uma das metas de seu quarto objetivo (ODS4), recomenda aos governos “comprometimento em construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos”.

EDUCAÇÃO e DESIGUALDADES

Indicador proposto pelo professor José Francisco Soares leva em conta o impacto da exclusão social sobre a aprendizagem

A Unesco no Brasil lançou recentemente o Indicador de Desigualdades e Aprendizagem (Idea), que relaciona a qualidade da educação (que considera permanência e aprendizado dos estudantes que concluíram as duas etapas do ensino fundamental) com as desigualdades socioeconômicas, de raça e de gênero. Um dos formuladores da medida é o professor José Francisco Soares, emérito da UFMG, que trabalhou em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade de Campinas.

O Idea, calculado para os municípios com base em dados da Prova Brasil de 2005 a 2017, parte do princípio de que qualidade educacional no Brasil deve ser associada às desigualdades, incluindo a exclusão histórica dos negros. “O que esperamos é que os governos tragam a preocupação com as desigualdades para o centro de suas ações. Precisamos mudar nossos objetivos educacionais, na direção de aquisição de habilidades necessárias para o século 21, como o pen-



Chico Soares: desigualdade é preocupação

samento crítico, criatividade, colaboração, comunicação, cidadania e habilidades interpessoais”, defende Francisco Soares.

Membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), José Francisco Soares dedicou grande parte de sua carreira acadêmica aos estudos relacionados à avaliação escolar. De acordo com ele, para que o país alcance a meta 4 de Desenvolvimento Sustentável (Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos), é preciso que os saberes escolares ocupem lugar central nesse processo. “E isso só ocorrerá se, em idade adequada, o jovem tiver acesso à matrícula, permanecer na trajetória escolar e, ao fim desse processo de longa duração, adquirir os aprendizados necessários para se apropriar da cultura, ingressar e progredir no mundo do trabalho, exercer a cidadania e contar com meios para dar continuidade a seus estudos”, defende.

Acontece

ANDIFES SOB NOVA DIREÇÃO

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) elegeu, no mês passado, sua nova diretoria-executiva para o biênio 2019-2020. O novo presidente é o professor João Carlos Salles Pires da Silva, reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e o primeiro vice-presidente, Edward Madureira Brasil, da Universidade Federal de Goiás. “O nosso desafio é continuar à altura da defesa firme, dialogada e clara de um sistema de universidades públicas, gratuitas, inclusivas e de qualidade, direito e patrimônio dos brasileiros. A educação pública é, em todos os sentidos, inegociável”, afirmou o novo presidente.

FUNDOS DE PENSÃO

O 2º Congresso Nacional de Fundos de Pensão e a Reforma da Previdência, promovido pelo curso de Ciências Atuariais da UFMG, será realizado nos dias 12 e 13 de agosto, no Auditório 1 da Faculdade de Ciências Econômicas. Os temas das palestras incluem os desafios atuariais dos planos de saúde e da rentabilidade dos investimentos. Mais informações estão disponíveis no site <https://congressosinprev.wixsite.com/congresso>.

BRASILIDADE

Pinturas, fotografias e instalações do artista Guilherme Rincon Amora estarão expostas de 5 a 23 de agosto, das 8h às 19h, no Espaço Arte-Educação da Faculdade de Educação da UFMG. No dia 13 de agosto, às 19h, o artista participa de bate-papo com os visitantes sobre suas obras, inspiradas na satírica arte de rua de Banksy. A exposição de Rincon constrói imagens que expressam sentimentos e comportamentos do cidadão brasileiro nas suas relações sociais e políticas.

Rincon é bacharel em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes, cursa licenciatura e atua como professor de Artes na Educação de Jovens e Adultos do Centro Pedagógico, sob orientação da professora Renata Amaral. Ele coordena o projeto de extensão *Voos do Proemja*, que busca desenvolver a formação dos sujeitos pelo viés da cultura e do lazer.



Passadiço da Casa da Glória, em Diamantina, sede do seminário

ECONOMIA MINEIRA

A crise da mineração e as perspectivas econômicas, sociais e ambientais de Minas Gerais e do Brasil serão abordadas na 18ª edição do Seminário de Economia Mineira, que ocorrerá na Casa da Glória, em Diamantina, no período de 19 a 23 de agosto. As inscrições podem ser realizadas até 15 de agosto, no site <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2019>, onde a programação também está disponível.

Os dias 19 e 20 serão dedicados a minicursos. A abertura oficial será no dia 21, às 9h, com a conferência *Os desafios da Universidade em tempos regressivos*, ministrada pela reitora Sandra Regina Goulart Almeida e coordenada pelo diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, professor Hugo Cerqueira.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

No próximo dia 12, o projeto UFMG Talks promoverá discussão sobre o tema *Inteligência artificial: da ficção científica ao cotidiano*, com os professores Nivio Ziviani, do Departamento de Ciência da Computação, e Eduardo Albuquerque, da Face. O evento ocorrerá no Teatro I do Centro Cultural do Banco do Brasil (Praça da Liberdade, 450), às 19h, com entrada gratuita, mediante distribuição de ingressos a partir das 18h.

Cada pesquisador fará breve apresentação sobre a maneira como a inteligência artificial dialoga com a área de pesquisa em que atua, seguida de bate-papo com o público, que participa por meio de perguntas enviadas por aplicativo de mensagem. As conversas são disponibilizadas na íntegra, no canal da TV UFMG no Youtube (<https://www.youtube.com/user/tvufmg>) e no site da Pró-reitoria de Pesquisa da UFMG (<https://www.ufmg.br/prpq/>).

MULHERES NA CIÊNCIA

O 2º Congresso de Mulheres nas Ciências (CMC) da UFMG será realizado nos dias 30 e 31 de agosto, no Centro de Atividades Didáticas 2 (CAD 2), campus Pampulha, das 8h às 18h30. Inscrições podem ser feitas até 30 de agosto, no site do evento <https://cmcufmg.46graus.com/inscricoes/>.

Mulheres cientistas vão apresentar seus trabalhos, em diversas áreas do conhecimento, e propor a criação de uma rede de colaboração. Entre os temas em pauta, estão a visibilidade feminina nas humanidades, o assédio no ambiente acadêmico, o papel das mulheres nas ciências exatas e a importância da divulgação científica.

FACHADA DIGITAL

Até 18 de agosto, pesquisadores, professores, alunos e servidores técnico-administrativos podem se inscrever para a seleção de conteúdos produzidos sobre ciência, arte e cultura, para serem exibidos, em setembro, na fachada digital do Espaço do Conhecimento UFMG, durante o mês de setembro.

O projeto Acontece UFMG pretende dar visibilidade à produção universitária das diversas áreas do conhecimento, por meio de vídeos, animações e emotion design, imagens estáticas, produções musicais, documentários e filmes de ficção. As inscrições podem ser realizadas individualmente ou por grupos de ensino, pesquisa e extensão. Os interessados devem preencher formulário disponível em <https://bit.ly/2LNUaSH>.

O ESPÍRITO de MINAS

Livro do professor João Antonio de Paula entrelaça a evolução da UFMG e o desenvolvimento do estado

Renata Valentim

Os caminhos de Minas e da UFMG se cruzaram em vários momentos nas últimas nove décadas. Uma cartografia histórica dessa interseção está descrita no livro *A presença do espírito de Minas: a UFMG e o desenvolvimento de Minas Gerais* (Editora UFMG), que será lançado nesta semana pelo professor João Antonio de Paula, da Faculdade de Ciências Econômicas (Face).

Na obra, João Antonio, que é autor e organizador de mais de 20 livros, faz um resgate dos caminhos da Universidade desde o seu surgimento em Minas Gerais até os dias de hoje, passando pelo entrelaçamento com a construção do projeto republicano e da cidade de Belo Horizonte, pelo movimento modernista, pelas pesquisas em saúde e ações de sustentabilidade, pela expansão da Universidade, pelo aperfeiçoamento do seu projeto acadêmico e pelo planejamento e desenvolvimento de Minas. O livro reúne abrangente levantamento das contribuições oferecidas pela Universidade às mais diversas áreas no estado, ao mesmo tempo que a instituição se consolidava.

Boa parte do material utilizado na obra surgiu durante a pesquisa documental realizada para o livro *Instituições de planejamento e de desenvolvimento de Minas Gerais: 55 anos do BDMG, 50 anos do Cedeplar*, lançado em 2016. O volume traça um panorama das últimas cinco décadas do desenvolvimento do estado por meio das relações entre o Cedeplar, vinculado à Face, e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). João Antonio conta que a motivação imediata para o novo livro deu-se também no aniversário de 90 anos da UFMG, em 2017. “Vários presidentes do BDMG tiveram, de alguma maneira, vínculo com a Faculdade, seja como professores, seja como alunos. Então há uma ligação muito forte, que não era puramente casual. Era uma identidade de propósito, uma maneira de ver as coisas, de valorizar a ideia de planejamento, das estruturas econômicas e sociais que, em geral, podem ficar um pouco soterradas pelo modismo conjunturalista, de superfície, que acaba deixando de lado aquilo que importa”, diz o professor. Ele acrescenta que um traço característico da cultura do Cedeplar é a preocupação de analisar os problemas econômicos

e sociais considerando o que eles têm de estruturante. “O livro de 2016 foi escrito com esse espírito. Durante o processo de elaboração, achei que valeria estender essa análise, pensando na Universidade integralmente. Diria que esse livro nasceu junto com o outro”, comenta João Antonio.

Outro elemento importante que contribuiu para a gestação do livro é a sua própria trajetória na UFMG, onde, em 1973, graduou-se em Ciências Econômicas. “Tenho uma longa história com a Universidade. E, nesse contato, a gente acaba sendo impregnado por certa cultura institucional, uma ligação que é afetiva e também profissional”, pontua.

Apesar de ter sido criada oficialmente em 1927 e federalizada em 1949, a primeira unidade – a Faculdade de Direito – data de 1892, já como desdobramento do advento da República. “A primeira constituição republicana (1891) possibilitou que as unidades federativas criassem universidades. E a Faculdade de Direito é resultado direto desse processo”, destaca. De acordo com ele, muitas lideranças republicanas foram professores, como João Pinheiro, um dos pioneiros do republicanismo em Minas e um dos fundadores da faculdade. Por outro lado, outro fundador, Afonso Pena, era monarquista. “Portanto, há essa relação ambígua na identidade mineira, esse aspecto multifacetado que encontramos na tradição e na modernidade que está presente

na fisionomia mineira, seja na cultura, na política ou na economia. São esses aspectos que, ao longo do livro, tentei enfatizar”, conclui João Antonio de Paula.

O livro será lançado na sexta-feira, 9 de agosto, a partir das 19h, na Escola de Arquitetura da UFMG (Rua Paraíba, 697, Funcionários).



João Antonio: ligação afetiva e institucional

Livro: *A presença do espírito de Minas: a UFMG e o desenvolvimento de Minas Gerais*

Autor: João Antonio de Paula

Edição: Editora UFMG

295 páginas / R\$ 29 (no site www.editoraufmg.com.br, o livro está sendo vendido a R\$ 20,30)